

## ANEXO A DO CADERNO DE ENCARGOS



### MODELO DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PELO CONCORRENTE

A Padaria Manuel Conde e Filhos, Lda., com sede na Rua Mário Gavaia Cruz Coutinho, 33, 5430-424 Valpaços, NIPC 506 351 777, depois de ter tomado conhecimento do objeto do ajuste direto para aquisição de bens móveis, designadamente “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS EB1 E JI DO CONCELHO PARA O ANO LETIVO 2016/2017: PÃO”, a que se refere o convite datado de 2016/07/28, obriga-se a executar a referida aquisição, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de 5.500,00 €, (cinco mil e quinhentos euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Valpaços, 08 de Agosto de 2016

Assinatura



Du  
Lent

↓

## ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES

### OBJETO DA AQUISIÇÃO

#### 1. AQUISIÇÃO DE PÃO

Unidades	Produtos/Características
100 000,00 Uni.	Pão molete

## ANEXO I DO CCP – MODELO DA DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - Rui Manuel Teixeira Conde, residente na Rua Mário Gavaia Cruz Coutinho, n.º 33 5430-424 Valpaços, Cartão de Cidadão n.º 10998414 5ZY8, na qualidade de representante legal de Padaria Manuel Conde e Filhos, Lda., com sede na Rua Mário Gavaia Cruz Coutinho, 33, 5430-424 Valpaços, NIPC 506 351 777, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento “ AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTICIOS PARA AS ESCOLAS EB1 E JI DO CONCELHO PARA O ANO LETIVO 2016/2017: PÃO”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Anexo A do caderno de encargos;
- b) Mapa de quantidade e relação do preço de fornecimento, do pão conforme constante do caderno de encargos, ao qual acresce o IVA à taxa legal;
- c) Certificado de registo criminal;
- d) Certidão de não dívidas à Segurança Social;
- e) Certidão de não dívidas à Autoridade Tributária;
- f) Certidão Permanente.

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de



administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional];

- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Valpaços, 08 de Agosto de 2016



**Aquisição de Bens Alimentícios para Escolas E B 1 e J I do Concelho**

**Para o ano letivo 2016/2017**

**PÃO**

**MAPA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTO**

Cod.	Descrição	Ud	Ot.	P.Unit.	Total
------	-----------	----	-----	---------	-------

**CAPITULO I - PÃO**

1.1	Pão molete	Uni.	100.000,00	0,055 €	5.500,00 €
-----	------------	------	------------	---------	------------

<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>5.500,00 €</b>
--------------------------	-------------------

A ESTES VALORES ACRESCE O IVA Á TAXA LEGALMENTE ESTABELECIDADA

Valpaços, 08 de Agosto de 2016